

Governo federal abre concursos para 4.436 vagas

Governo abre neste ano mais 4.436 vagas

Postos de trabalho serão preenchidos a partir do fim de 2023 ou do início de 2024 em 20 órgãos e 14 ministérios

• ROSANA HESSEL

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Esther Dweck, anunciou, ontem, as autorizações de concursos para 4.436 vagas efetivas em 20 órgãos e 14 ministérios do governo federal. Somando o montante aos 1.444 postos autorizados pela pasta desde o início deste ano, o total de liberações até o momento chega a 5.880 cargos efetivos.

Na noite de ontem, uma parte das portarias da MGI com a liberação para os concursos foi publicada em edição extra do *Diário Oficial da União (DOU)*, somando 2.542 novas vagas do pacote de 4.436. Na segunda-feira, está previsto o restante, de acordo com a assessoria da pasta.

Foram contemplados, por exemplo, o Ministério do Trabalho e Emprego; o Ministério da Educação; a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); o Ministério da Agricultura e Agropecuária; o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI); o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro); o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit); o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); e o Ministério das Relações Exteriores (MRE). O MTE e Incra foram os órgãos com o maior volume de vagas autorizadas, de 900 e 742, respectivamente. (Veja o quadro).

A ministra reconheceu que houve demora para fechar os números das autorizações, pois a ideia inicial era anunciar os novos concursos em abril, na celebração dos 100 dias de governo. Como ela conseguiu bater o prazo para uma parte do pacote, resolveu anunciar ontem outra parte para agilizar os processos.

O impacto fiscal das novas contratações será de R\$ 735 milhões por ano, a partir de 2024. Segundo a ministra, a ideia é realizar os concursos ainda neste ano para que as nomeações ocorram até dezembro ou no início do ano que vem. Por conta disso, ela estima um efeito "mínimo" no Orçamento deste ano. Esther Dweck salientou que as autorizações não cessaram e, até o fim do ano, é possível chegar



Listagem

Confira o número de contratações autorizadas pelo governo federal para cada órgão ainda neste ano

Órgão	Vagas autorizadas
Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa)	440
Inmet	80
INPI	120
Incra	742
Ministério da Educação (MEC)	220
Inep	50
Capes	50
FINE	100
MGE	100
ICMbio*	160
Inmetro	100
Dnit	100
Agência Nacional de Mineração (ANM)**	24
Ministério de Minas e Energia (MME)	30
Analistas de Infraestrutura**	300
Analistas em Tecnologia da Informação (ATI)**	300
Ministério do Trabalho (MTE)	900
CNPQ	50
Corispam	50
Ministério da Saúde	220
Fiocruz	300

Total 4.436

Fonte: MGI

*previdente adicional.
**cargos transversais para vários ministérios



perto de 8 mil vagas, número próximo da estimativa levantada pelo Correio, de 8,5 mil.

No início do ano, a ministra ainda autorizou a realização de concursos para 8.141 vagas temporárias para a realização do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com Dweck, a demanda por novas vagas de todos os ministérios chegou a 70 mil neste ano. Contudo, será difícil autorizar esse volume, pois há restrição orçamentária e muitos cargos podem ser extintos com a digitalização do serviço público.

O foco dos próximos concursos, segundo ela, será direcionado a cargos de nível superior em carreiras transversais — aquelas que podem ser aproveitadas em vários ministérios, como é o caso do analista técnico de política social (ATPS), que terá um concurso autorizado na próxima semana, provavelmente

para 500 novas vagas. No pacote anunciado ontem, foram autorizados concursos para 600 cargos transversais, sendo 300 de analistas de infraestrutura (AIE) e 300 de analistas de tecnologia da informação (ATI).

Cobrança de Lula

Durante a entrevista aos jornalistas, a ministra interrompeu o anúncio para atender uma ligação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo ela, o chefe do Executivo pediu mais concursos em áreas que não estavam na listagem, como fiscais do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama) e servidores para os ministérios criados pelo novo governo.

As próximas autorizações de concursos serão para carreiras transversais, que podem atender vários ministérios, como

analista técnico de política social (ATPS), da área ambiental, e pessoal para os novos ministérios", afirmou. A pasta tinha alocado os servidores da Fundação Nacional da Saúde (Funasa) em vários ministérios recém-criados. Com a recriação da estatal, que havia sido extinta, o governo ainda não definiu se a instituição continuará subordinada ao Ministério da Saúde ou irá para o Ministério das Cidades, já que as competências foram divididas entre as duas pastas.

"Eu disse que vamos soltar novas autorizações para ATPS na semana que vem, e o presidente reclamou, dizendo que era para anunciar todos juntos", acrescentou. Ela explicou a Lula que tinha pressa em dar seguimento a essas autorizações, porque o processo para a realização dos concursos é demorado. "Queremos fazer o concurso o mais rápido possível, porque

o processo não é trivial", destacou a ministra.

Mais tarde, após o puxão de orelhas, o presidente fez uma postagem nas redes sociais elogiando Esther Dweck nominalmente. "Governo federal gerando empregos e fortalecendo a estrutura pública, para o melhor atendimento e trabalho para o povo brasileiro. Parabéns ministra @estherdweck_7 e @gestao-govbr", escreveu o chefe do Executivo em sua conta pessoal nas redes sociais.

A ministra lembrou que, como o Ibama já tem um certame de nível médio em andamento, será preciso aguardar o próximo ano para um concurso de nível superior. No caso do ICMbio, a pasta conseguiu autorizar abertura de 160 vagas de provimento adicional, sendo 50 para técnico ambiental e 110 para analista de Mineração (ANM), um dos

primeiros órgãos a ter as nomeações autorizadas neste ano, de 40 servidores, recebeu a autorização para mais 24 vagas de especialista em recursos minerais, também de provimento adicional.

Segundo a ministra, outros concursos estão no radar, como os de órgãos do Ministério do Planejamento e Orçamento, com vagas de provimento adicional para o IBGE, e um novo do Ibama para cargos de nível superior. Um certame para o Banco Central também estará em análise, segundo a ministra.

Em relação ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que tem uma grande defasagem de pessoal — e uma fila interminável de segurados aguardando perícias e liberação dos benefícios — a ministra contou que ainda estuda como resolver o problema de cargos vagos. "Nossa ideia é fazer um concurso para nível superior e não nível médio", disse.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Economia **Página:** 7